

Como a civilização ocidental derrapou



Por MICHAEL HUDSON*

A ética neoliberal pró-credor é a raiz da Nova Guerra Fria atual

Pode parecer estranho convidar um economista para proferir a conferência principal em um seminário de ciências sociais. Por boas razões, os economistas têm sido caracterizados como autistas e antissociais na imprensa popular. Eles são treinados a raciocinar de forma abstrata e a partir de deduções aprioristas, baseadas em como eles entendem que as sociedades deveriam se desenvolver. Os representantes do *mainstream* econômico atual encaram a privatização neoliberal e os ideais de livre mercado como fatores que conduzem a renda e a riqueza de uma sociedade a estabelecer um equilíbrio otimizado, sem necessidade de qualquer regulamentação governamental – especialmente no que tange a crédito e dívida.

O único papel reconhecível para um governo ocupar seria o de fazer valer a “santidade dos contratos” e a “segurança da propriedade”. Isso não o faz mais que garante da execução de contratos de dívida, mesmo quando sua execução expropria um grande número de endividados em imóveis residenciais ou outras propriedades. Essa é a história de Roma. Estamos vendo hoje em ação a mesma dinâmica da dívida. No entanto, essa abordagem básica levou os partidários do *mainstream* econômico a insistir que a civilização, desde seus primórdios, não só pode como deve ter seguido tal política pró-credor.

A realidade, no entanto, é que a civilização jamais poderia ter decolado se algum economista do livre mercado tivesse entrado em uma máquina do tempo e viajado cinco mil anos para o Neolítico e a Idade do Bronze.

Suponham que ele tenha sido capaz de convencer antigos chefes ou governantes a propósito de como organizar o comércio, o dinheiro e a posse da terra com base no princípio de que a “ganância é boa” e qualquer regulamentação pública é ruim. Se algum Milton Friedman ou Margaret Thatcher tivesse persuadido sumérios, babilônios ou outros antigos governantes a seguir a filosofia neoliberal de hoje, a civilização não teria se desenvolvido. As economias teriam se polarizado – como fez Roma, e como estão fazendo as economias ocidentais de hoje. Os cidadãos teriam fugido ou se voltado para um reformador ou revolucionário local, para derrubar o governante que deu ouvidos a tais conselhos econômicos. Ou então teriam se aliado a atacantes inimigos que prometessem anular suas dívidas, libertar os servos e redistribuir a terra.

Não obstante, muitas gerações de linguistas, historiadores e até antropólogos assimilaram a visão de mundo individualista, antissocial, da disciplina econômica e supuseram que o mundo sempre foi assim. Muitos dos não economistas adotaram, inconsciente, os preconceitos desses economistas, e abordaram a história antiga, tanto quanto a moderna, de forma enviesada. Nosso discurso diário é de tal forma bombardeado com a retórica política norte-americana recente – de que o mundo está dividido entre “democracia” com “livre mercado”, de um lado, e “autocracia” com regulação pública, de outro – que as fantasias campeiam até mesmo a respeito das primeiras civilizações.

David Graeber e eu buscamos ampliar o reconhecimento do quanto diferente o mundo era antes da civilização ocidental tomar o caminho romano das oligarquias credoras, em lugar de suntuosas economias que protegiam os interesses da extensa população endividada. Na época (2011) em que ele publicou seu *Debt: the first five thousand years* [Dívida: os Primeiros 5.000 Anos, Três Estrelas, 2016], o grupo de assiriólogos, egipiólogos e arqueólogos de Harvard de que eu fazia parte estava ainda se esforçando por escrever a história econômica do Oriente Médio antigo de uma maneira radicalmente diferente de como a maioria do público imaginava que tivesse ocorrido.

Por então, a ênfase, tanto de David como minha, de que os registros das proclamações reais que cancelavam dívidas,

a terra é redonda

libertavam servos e redistribuíam a terra tornavam tudo isso função normal e esperada dos governantes mesopotâmicos e dos faraós egípcios ainda não era algo reconhecido. Parecia impossível que aquelas pedras escovadas onde tais registros eram gravados fossem o instrumento que preservasse a liberdade dos cidadãos.

O livro de David Graeber sintetizou minhas pesquisas sobre o cancelamento real de dívidas no Oriente Médio antigo, mostrando que a dívida a juros foi originalmente adotada sob freios e contrapesos que evitavam que a sociedade se polarizasse entre credores e devedores. Com efeito, ele apontou que as tensões criadas pelo surgimento da riqueza monetária em mãos particulares levaram a uma crise econômica e social que abriu caminho para o surgimento dos grandes reformadores religiosos e sociais.

Como então resumiu, “o período central da [Era Axial](#), definida por Karl Jaspers, (...) corresponde quase exatamente ao período em que a cunhagem foi inventada. Além do mais, os três lugares do mundo onde as moedas foram primeiramente criadas eram os mesmos onde os sábios do período viviam. Na realidade, tais lugares tornaram-se os epicentros da criatividade religiosa e filosófica da Era Axial”. Buda, Lao Tzu e Confúcio procuraram criar um contexto social no qual a economia estava incorporada. Não existia a noção de “deixar os mercados funcionarem” para alocar riqueza e renda, desprovida da ideia de como a riqueza e a renda seriam despendidas.

Todas as sociedades antigas desconfiavam da riqueza, sobretudo da riqueza monetária e financeira nas mãos dos credores, porque ela geralmente tendia a ser acumulada às custas da sociedade em geral. Os antropólogos descobriram que essa é uma característica genérica das sociedades de baixos ingressos.

Arnold J. Toynbee caracterizou a história como um extenso desdobramento dinâmico de desafios e respostas às preocupações centrais que moldam as civilizações. Um dos grandes desafios tem caráter econômico: quem se beneficia dos superávits obtidos à medida que o comércio e a produção aumentam em escala e se tornam cada vez mais especializados e monetizados? Especialmente: como a sociedade organiza o crédito e a dívida necessários à ocorrência da especialização da atividade econômica, assim como, diante delas, as funções “públicas” e “privadas”?

A quase totalidade das primeiras sociedades dispunha de uma autoridade central encarregada de distribuir o investimento do excesso de modo a promover o bem-estar econômico geral.[\[i\]](#) O grande desafio era evitar que o crédito levasse ao pagamento de dívidas de uma forma que empobrecesse os cidadãos, por exemplo, por força de dívida pessoal e usura - e mais ainda se houvesse perda temporária de liberdade (por servidão ou exílio) ou de direitos de posse da terra.

O grande problema que o Oriente Médio da Idade do Bronze resolveu - mas a antiguidade clássica e a civilização ocidental não resolveram - foi como lidar com as dívidas a serem pagas, especialmente com juros, sem polarizar as economias entre credores e devedores e, em última análise, empobrecer a economia ao reduzir a maior parte da população à dependência por dívidas. Negociantes engajaram-se no comércio, tanto para si mesmos quanto como agentes dos governantes. A quem caberiam os lucros? E como se proporcionaria crédito, mantendo-o dentro das capacidades de pagamento?

Teorias públicas versus privadas - sobre como a posse da terra se originou

As sociedades antigas repousavam sobre uma base agrícola. O primeiro e mais básico problema para a sociedade resolver era como atribuir a posse da terra. Mesmo as famílias que viviam em cidades que começavam a ser construídas, seja em torno de templos seja em torno de centros administrativos e ceremoniais cívicos, recebiam terras para autossustento - assim como os russos dos tempos soviéticos, que tinham dachas, onde boa parte de seus alimentos eram cultivados.

Ao analisar as origens da posse da terra, como todo fenômeno econômico, encontramos duas abordagens. Por um lado, temos um cenário em que a terra é alocada pela comunidade, em troca de prestação de trabalho e de serviço militar. Por outro lado, temos um cenário individualista, em que a posse da terra se origina da ação espontânea de indivíduos que a trabalham, tornando-a sua propriedade, e daí produzindo artesanato ou outros bens (até mesmo metal para ser usado como dinheiro) para trocar uns com os outros.

Essa última perspectiva sobre a posse da terra, a individualista, foi popularizada desde que John Locke concebeu a ideia de indivíduos partindo para limpar e ocupar terra - originalmente coberta por vegetação e aparentemente desocupada - fazendo uso de seu próprio trabalho (e presumivelmente o de suas esposas). Esse esforço teria assentado a sua

a terra é redonda

propriedade sobre ela e seu rendimento da colheita. Algumas famílias casualmente teriam mais terras do que outras, ou porque fossem mais fortes para limpá-las ou porque tinham mais membros para ajudá-las. E haveria terra suficiente para todos a limparem para plantar.

Nessa perspectiva, não há necessidade de considerar comunidade alguma, nem mesmo para se proteger de ataques inimigos — sequer de ajuda mútua em épocas de enchentes ou outros problemas. E não há necessidade de considerar o crédito, ainda que na antiguidade esse fosse a principal alavanca, que distorcia a distribuição da terra ao transferir sua propriedade para credores ricos.

Em algum momento da história, com certeza, essa teoria vê os governos entrarem em cena. Talvez tenham assumido a forma de exércitos invasores, que foi como os ancestrais normandos dos proprietários de terras da época de John Locke adquiriram as terras inglesas. Da mesma maneira, na Inglaterra, os governantes teriam obrigado os proprietários de terras a despesar parte de suas colheitas em impostos e a prestar serviço militar. De qualquer forma, o papel do governo foi reconhecido apenas como aquele que “interfere” no direito do agricultor de usar a colheita como bem entendesse — presumivelmente para trocar por coisas de que precisava, feitas pelas famílias em suas próprias oficinas.

Meu grupo de assiriólogos, egíptiologistas e arqueólogos patrocinados por Harvard descobriu uma gênese totalmente diferente da posse da terra. Os direitos à terra parecem ter sido atribuídos em frações padronizadas, conforme o rendimento de suas colheitas. Para fornecer alimentos para esses membros, as comunidades do Neolítico final e do início da Idade do Bronze, da Mesopotâmia ao Egito, alocaram terras às famílias na proporção que precisavam para viver e do quanto podiam entregar às autoridades do palácio.

Essa parcela da produção entregue aos coletores do palácio foi a renda econômica original. A posse da terra veio como parte de um *quid pro quo* que incluía a obrigação fiscal de prestação de trabalho em determinadas épocas do ano e de servir nos exércitos. Assim, foi o tributo que criou os direitos de posse da terra, e não o contrário. A terra tinha caráter social, e não individual. E o papel do governo era o de coordenador, organizador e planejador avançado, não o da mera predação ou extrativismo.

Origens públicas versus privadas do dinheiro

Como as primeiras sociedades teriam organizado a troca de colheitas por outros produtos e, mais importante, para pagar impostos e dívidas? Seria simplesmente um mundo espontâneo de indivíduos “carregando e trocando”, como supôs Adam Smith? Os preços, sem dúvida, teriam variado enormemente, pois os indivíduos não tinham referência básica de custos de produção ou de graus de necessidade. O que aconteceu quando alguns indivíduos se tornaram negociantes, tomado o que eles produziam (ou produtos de outras pessoas, em consignação), para obter lucro? Ora, se viajavam grandes distâncias, seriam necessárias caravanas ou navios, assim como a proteção de grandes contingentes. Eles teriam sido protegidos por suas comunidades? Teriam a oferta e a demanda desempenhado, de fato, algum um papel? E, mais importante, como teria surgido o dinheiro, como denominador comum para definir os preços do que era negociado, ou então pago em impostos ou então para quitar dívidas?

Um século depois de Adam Smith, o economista austriaco Anton Menger desafiou uma fantasia sobre como e por que os “indivíduos” na antiguidade poderiam ter preferido manter suas economias na forma de metais, especialmente prata, mas também cobre, bronze ou ouro. Dizia-se que a vantagem do metal era que ele não estragava (em contraste com os grãos carregados no bolso, por exemplo). Também teria sido considerado de qualidade uniforme. Assim, pedaços de dinheiro em metal gradualmente teriam se tornado o meio pelo qual outros produtos passaram a ser medidos, na proporção em que eram trocados, e em mercados nos quais os governos não desempenhariam papel algum.

O fato dessa teoria austriaca ser ensinada há quase um século e meio é uma indicação de como os economistas crédulos estão dispostos a aceitar uma fantasia em desacordo com todos os registros históricos de todos os lugares da história mundial onde estão disponíveis. Para começar, a prata e outros metais não são de qualidade uniforme. A falsificação é antiga, mas as teorias individualistas ignoraram o papel da fraude — e, portanto, a necessidade do poder público para preveni-la. Esse ponto cego foi o motivo pelo qual o presidente da *Federal Reserve* dos Estados Unidos, Alan Greenspan, ficou tão despreparado quando teve que lidar com a enorme crise das hipotecas podres, que chegou ao auge em 2008.

a terra é redonda

Onde quer que haja dinheiro, a fraude é onipresente.

Isso é o que acontece em mercados não regulamentados, como podemos ver nas atuais fraudes bancárias, evasão fiscal e crimes que pagam muito, muito bem. Sem um governo forte para proteger a sociedade contra fraudes, violações da lei, coerção e exploração, as sociedades se polarizarão e ficarão mais pobres. Por razões óbvias, os beneficiários dessas apropriações predatórias procuram enfraquecer o poder regulatório e a capacidade de impedi-las.

Para evitar fraudes monetárias, as moedas de prata e, posteriormente, de ouro da Mesopotâmia da Idade do Bronze até a Grécia clássica e Roma, foram cunhadas em templos, para santificar sua qualidade padronizada. É por isso que nossa palavra para dinheiro vem do templo de Juno Moneta, em Roma, onde a cunhagem romana era feita. Milhares de anos antes de o ouro vir a ser cunhado, ele era suprido em tiras de metal, pulseiras e outras formas elaboradas nos templos, em proporções padronizadas de liga.

A pureza dos metais não é o único problema no uso de lingotes. O problema imediato que precisava ser enfrentado por qualquer um que trocasse produtos por prata era como pesar e medir o que estava sendo comprado e vendido — e também pagar impostos e dívidas. Da Babilônia à Bíblia encontramos denúncias contra mercadores que usavam pesos e medidas falsos. Impostos envolvem funções do governo e, em todas as sociedades arcaicas, eram os templos que supervisionavam os pesos e medidas, bem como a pureza das fundições metálicas. A denominação de pesos e medidas indica sua origem no setor público: 60 avos na Mesopotâmia; 12, em Roma.

O comércio de produtos básicos tinha preços e pagamentos costumeiros padronizados para os palácios ou templos. Impostos e dívidas constituíram os mais importantes usos para o dinheiro. Isso reflete o fato de que o “dinheiro”, na forma de mercadorias específicas, era necessário principalmente para pagar impostos ou comprar produtos dos palácios ou templos e, ao final da safra, pagar dívidas para liquidar tais compras.

O *mainstream* econômico neoliberal de hoje promoveu um conto de fadas sobre a existência de uma civilização sem qualquer supervisão regulatória ou papel produtivo para o governo, e sem qualquer necessidade de cobrar impostos para a oferta de serviços sociais básicos, como construção pública ou mesmo serviço militar. Não há necessidade de prevenir fraudes, ou apreensão violenta de propriedades, assim como a perda do direito de posse da terra em favor dos credores, como resultado de dívidas. Mas, como observou Balzac, a maioria das grandes fortunas familiares foi resultado de algum grande roubo, perdido nas brumas do tempo e legitimado ao longo dos séculos, como se tudo fosse natural.

Esses pontos cegos são necessários para defender a ideia de “mercados livres”, controlados pelos ricos, sobretudo pelos credores. E isso é invocado como o suprassumo e como a sociedade deve ser conduzida. É por essa razão que a Nova Guerra Fria atual está sendo travada pelos neoliberais contra o socialismo – combatido com violência e excluído do estudo da história no currículo acadêmico de economia e, assim, da consciência do público em geral. Como dizia Rosa Luxemburgo, a luta é entre socialismo e barbárie.

Origens públicas versus privadas da dívida a juros

As taxas de juros foram reguladas e estáveis por séculos a fio. A chave era a facilidade de cálculo: décimo, duodécimo ou sessenta avos.

Os escribas babilônicos eram treinados para calcular qualquer taxa de juros como um tempo de duplicação. As dívidas cresciam exponencialmente. Mas aos escribas também era ensinado que os rebanhos de gado e outros produtos econômicos materiais diminuíam em uma curva em S. Foi por isso que os juros compostos foram proibidos. Também foi por isso que se tornava necessário cancelar as dívidas periodicamente.

Se os governantes não tivessem cancelado as dívidas, a decolagem do mundo antigo teria sofrido prematuramente o tipo de declínio e queda que empobreceu os cidadãos de Roma, e levou ao declínio e queda de sua República — legando à civilização ocidental subsequente um sistema legal pró-credor para moldá-la.

O que torna a civilização ocidental distintivamente ocidental? Teria sido tudo um desvio?

A civilização não teria se desenvolvido se um moderno Milton Friedman ou um ganhador do Prêmio Nobel de Economia tivesse voltado no tempo e convencido Hamurabi ou um faraó egípcio a simplesmente deixar os indivíduos agirem por si mesmos, permitindo que os credores ricos reduzissem os devedores à servidão – e então usar sua força de trabalho na forma de um Exército para derrubar os reis e assumir o governo para si, criando uma oligarquia ao estilo romano. Foi isso que as famílias bizantinas tentaram fazer nos séculos IX e X.

Se os meninos da “livre iniciativa” tivessem razão, não teria havido cunhagem no templo ou supervisão de pesos e medidas; as terras [amazônicas ou não] pertenceriam a quem pudesse arrebatá-las, confiscá-las ou conquistá-las; os juros teriam refletido qualquer coisa que um mercador rico pudesse forçar um agricultor necessitado a pagar. Mas para os economistas, tudo o que acontece é mera questão de “escolha”, como se não houvesse necessidades prementes — comer ou pagar, por exemplo.

Um Prêmio Nobel de economia foi concedido a Douglass North por sustentar que o progresso econômico atual e, a rigor, ao longo de toda a história, teria sido baseado na “segurança dos contratos” e nos direitos de propriedade. Com isso, ele se referia à prioridade da alegação do credor para confiscar a propriedade dos devedores. Estes são os direitos de propriedade que criam latifúndios e reduzem as populações à servidão por dívida.

Nenhuma civilização arcaica poderia ter sobrevivido por muito tempo seguindo esse caminho. E Roma não sobreviveu instituindo o que se tornou a característica distintiva da civilização ocidental: entregar o controle do governo e de sua legislação a uma classe de credores ricos para monopolizar a terra e a propriedade.

Se uma sociedade antiga tivesse seguido por esse caminho, toda a vida econômica teria se empobrecido. A maioria da população teria fugido. Ou então, a elite thatcherista e da Escola de Chicago teria sido derrubada. As famílias ricas que tivessem patrocinado essa predação sistemática teriam sido exiladas, como ocorreu em muitas cidades gregas nos séculos VII e VI a.C. Ou então populações descontentes teriam ido embora e/ou ameaçado desertar para tropas estrangeiras que prometesssem libertar os servos, cancelar as dívidas e redistribuir a terra, como ocorreu com as secessões da plebe, em Roma, nos séculos V e IV a.C.

Assim, somos conduzidos de volta ao argumento de David Graeber, de que os grandes reformadores da Eurásia surgiram ao mesmo tempo em que as economias estavam se tornando monetizadas e cada vez mais privatizadas, uma época em que famílias ricas aumentavam sua influência sobre a administração das cidades-Estado. Não apenas os grandes reformadores religiosos, mas também os principais filósofos gregos, poetas e dramaturgos buscaram explicar como a riqueza é viciante e conduz à soberba, como produz sua busca por maneiras que prejudicam os demais.

Examinando o curso da história antiga, podemos ver que o principal objetivo dos governantes, da Babilônia ao sul e leste da Ásia, era impedir que uma oligarquia mercantil e credora surgesse e concentrasse a propriedade da terra em suas mãos. O plano de negócios implícito de tal oligarquia era reduzir a população em geral à condição de clientela, à escravidão por dívida e à servidão.

Foi o que aconteceu no Ocidente, em Roma. E ainda vivemos seus desdobramentos. Em todo o Ocidente hoje, nosso sistema legal permanece pró-credor, não a favor da população geral endividada. É por isso que dívidas pessoais, dívidas corporativas, dívidas públicas e dívidas internacionais dos países do Sul Global alcançaram um ponto de crise que ameaça agrilhoar as economias em uma prolongada deflação de dívida e depressão.

Foi para protestar contra isso que David ajudou a organizar o *Occupy Wall Street*. É óbvio que estamos lidando não apenas com um setor financeiro cada vez mais agressivo, mas também que criou uma história fraudulenta, uma falsa consciência projetada para deter qualquer revolta, ao proclamar que “não há alternativa”.

Onde a civilização ocidental deu errado

Temos então dois cenários diametralmente opostos que ilustram como surgiram as relações econômicas mais elementares. Por um lado, vemos sociedades do Oriente Médio e da Ásia organizadas no sentido de manter o equilíbrio social, garantindo que as relações de dívida e a riqueza mercantil se subordinem ao bem-estar público. Tal objetivo caracterizava a sociedade arcaica, assim como as sociedades não-ocidentais.

Mas a periferia ocidental, no mar Egeu e no Mediterrâneo, carecia da tradição do Oriente Médio de “realeza divina” e das tradições religiosas asiáticas. Esse vácuo permitiu que uma rica oligarquia credora tomasse o poder e concentrasse para si a terra e a propriedade. Para fins de relações públicas, alegou ser uma “democracia” - e denunciou qualquer regulamentação governamental protetora como sendo, por definição, “autocrática”.

Realmente, a tradição ocidental carece de uma concepção de política que subordine a riqueza ao crescimento econômico geral. O Ocidente não tem controles governamentais fortes para impedir que uma oligarquia viciada em riqueza emerja tornando a si mesma uma aristocracia hereditária. Transformar devedores e clientes em uma classe hereditária, dependente de credores ricos, é o que os economistas de hoje chamam de “livre mercado”. Ele não é mais que essa ausência de freios e contrapesos públicos contra a desigualdade, a fraude e a privatização do espaço público.

Pode vir a parecer surpreendente, para um eventual historiador do futuro, que os líderes políticos e intelectuais do mundo de hoje alentem essa fantasia neoliberal individualista de que as sociedades arcaicas “teriam” se desenvolvido exatamente dessa maneira, sem reconhecer que foi assim que a República oligárquica de Roma realmente se desenvolveu, e o que a levou ao seu inevitável declínio e queda.

Cancelamento de dívidas na Idade do Bronze e dissonância cognitiva moderna

Finalmente, somos conduzidos de volta ao motivo pelo qual fui convidado a falar aqui hoje. David Graeber escreveu em seu livro *Dívida* que ele buscava popularizar a documentação arrolada pelo meu grupo de Harvard a propósito do fato de que os cancelamentos de dívida de fato existiam, e que não eram simplesmente um exercício utópico literário. Seu livro ajudou a tornar a dívida uma questão pública, assim como seus esforços no movimento *Occupy Wall Street*.

O governo de Barack Obama apoiou a polícia que desmantelou os acampamentos do *Occupy Wall Street*, e fez todo o possível para destruir o reconhecimento dos problemas da dívida que assolam os Estados Unidos e as economias de outros países. E não apenas a grande mídia, mas também a ortodoxia acadêmica cerrou fileiras contra até mesmo a cogitação de que dívidas possam ser depreciadas e que realmente precisam ser depreciadas para evitar que as economias entrem em depressão.

A ética neoliberal pró-credor é a raiz da Nova Guerra Fria atual. Quando o presidente Bill Biden se refere a esse grande conflito mundial, destinado a isolar a China, a Rússia, a Índia, o Irã e seus demais parceiros comerciais eurasiáticos, ele o qualifica como uma luta existencial entre “democracia” e “autocracia”.

Por “democracia” ele quer dizer oligarquia. E por “autocracia” ele quer dizer qualquer governo forte o suficiente para impedir que uma oligarquia financeira assuma o governo e a sociedade, impondo regras neoliberais... pela força. O ideal é fazer com que o resto do mundo se pareça com a Rússia de Boris Yeltsin, onde os neoliberais norte-americanos tiveram as mãos livres para suprimir qualquer propriedade pública sobre a terra, sobre os direitos minerais e sobre os serviços públicos essenciais.

***Michael Hudson** é professor na Universidade de Missouri, Kansas City. Autor, entre outros livros de Super Imperialism: the economic strategy of american empire (*Islet*).

Texto da conferência principal do colóquio “[Construindo pontes em torno do legado de David Graeber](#)”, organizado pelo Laboratório Triangle, da Universidade de Lyon, entre 7 e 9 de julho de 2022.

Tradução: **Ricardo Cavalcanti-Schiel**.

a terra é redonda

Publicado originalmente no site do autor [<https://michael-hudson.com/2022/07/from-junk-economics-to-a-false-view-of-history-where-western-civilization-took-a-wrong-turn/>].

Nota do tradutor

[i] Nas Américas, até 500 anos atrás, as assim chamadas “grandes civilizações” da Meso-América e dos Andes foram exemplos literais disso, incluindo sua dimensão sacrificial. O caso andino foi particularmente sistematizado pelo antropólogo romeno-americano John Victor Murra. Evidentemente, à diferença de Michael Hudson, os antropólogos começariam colocando entre aspas o termo “econômico”. Como o autor sugere, em outras sociedades que não as ocidentais modernas, o econômico não é reconhecido nem como determinante nem como “infraestrutural”. Ele está “incorporado”, e usualmente sequer é visto como um campo particular, “naturalmente” especificado, de relações.